

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
Faculdade de Educação (FaE)
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica
(LASEB)

Maria Lícia de Souza

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Itabirito

2025

MARIA LÍCIA DE SOUZA

**O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIENCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Aprendizagem e Ensino na Educação Básica.

Orientadora: Jaima Pinheiro de Oliveira.

Itabirito

2025

S729p
TCC

Souza, Maria Lícia de, 1974-
O papel do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil [manuscrito] / Maria Lícia de Souza. -- Belo Horizonte; Itabirito, 2025.
23 p. :

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Jáima Pinheiro de Oliveira.
Bibliografia: f. 22-23.

1. Educação. 2. Ensino individualizado. 3. Educação básica.
4. Educação especial. 5. Professores de educação especial -- Formação.
6. Educação inclusiva. 7. Inclusão em educação. 8. Crianças deficientes -
- Educação. 9. Pessoas com deficiência -- Educação.

I. Título. II. Oliveira, Jáima Pinheiro de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO TRÍGÉSIMO PRIMEIRO TRABALHO FINAL DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título " **O papel do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil**", do(a) aluno(a) **Maria Lícia de Souza**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Jaima Pinheiro de Oliveira (orientador) e João Marcelo dos Santos Pereira. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a) Maria Lícia de Souza
Maria Lícia de Souza

Registro na UFMG: 2024696982

Jaima Pinheiro de Oliveira
Profa. Dra. Jaima Pinheiro de Oliveira
Orientador(a)

João Marcelo dos Santos Pereira
Prof. Ms. João Marcelo dos Santos Pereira
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

RESUMO

A educação infantil é importante para o desenvolvimento de pessoas com deficiência. Nesse processo educacional, o professor e sua percepção de educação inclusiva são fatores primordiais. Este trabalho objetivou analisar a percepção de professores de educação infantil no processo de inclusão de pessoa com deficiência, que quanto à prática educativa atual, diferem em relação à presença de alunos com deficiências em seus ambientes de trabalho, sobre a educação da criança com deficiência na educação infantil. Para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder a mediação ao receber pessoas com deficiência, visando o respeito às diferenças e particularidades de cada indivíduo. Para tanto, a metodologia utilizada foi de narrativas, através das quais seja possível inferir sobre a importância da educação inclusiva para as pessoas com deficiência e as leis que garantem a sua efetiva participação no ensino regular, fazendo com que as escolas busquem novos paradigmas e revejam a ampliação de seu Currículo e de seu Projeto Político Pedagógico, apoiando os professores no processo de ensino-aprendizagem, valorizando um ensino que leve em conta as diferenças de cada um.

Palavras-chave: Educação Infantil; inclusão escolar; professor.

ABSTRACT

Early childhood education is important for the development of people with disabilities. In this educational process, the teacher and their perception of inclusive education are key factors. This study aimed to analyze the perception of early childhood education teachers regarding the process of including people with disabilities, who, in terms of current educational practice, these teachers' perceptions differ regarding the presence of students with disabilities in their work environments. For inclusive education truly exist, it is essential that teachers seek training, development, and ongoing education to mediate when welcoming people with disabilities, aiming to respect the differences and particularities of each individual. To this end, the methodology used was narratives, through which it is possible to infer the importance of inclusive education for people with disabilities and the laws that guarantee their effective participation in regular education. This encourages schools to seek new paradigms and review the expansion of their curriculum and their Political Pedagogical Project, supporting teachers in the teaching-learning process and valuing an approach that takes into account the differences of each individual.

Keywords: Early Childhood Education; school inclusion; teacher.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo geral:	8
2.2 Objetivos específicos:	8
3 REFERENCIAL TEÓRICO	9
3.1 Breve conceito de inclusão social	9
3.2 A inclusão no contexto escolar	10
3.3 O papel do professor no processo de inclusão das crianças com deficiência na educação infantil	11
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
5 RESULTADOS	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre o papel do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. Nesse caso, sua função favorece a inclusão nas escolas envolve uma série de fatores, incluindo políticas públicas, o envolvimento dos pais e gestores de instituições e a contribuição de todos. Além disso, o papel do professor na educação inclusiva é central para que os alunos se sintam apoiados e capazes de construir um ambiente mais acolhedor na sala de aula. Educar é uma função de grande responsabilidade, pois vai muito além do ensino de uma disciplina. O professor é uma figura de referência para os alunos e os influencia em seu comportamento e na maneira de enxergar o mundo. Também é um trabalho que enfrenta muitos desafios, desde as horas de trabalho além da sala de aula, até falta de infraestrutura e apoio nessa jornada de inclusão. Com isso, é comum ver os docentes sobrecarregados em sua atuação, e muitas vezes sem as ferramentas necessárias para executar suas tarefas da forma adequada.

Muito se tem discutido e debatido sobre educação inclusiva nos últimos tempos, sendo muitas vezes uma temática que gera muitas dúvidas em algumas pessoas sobre o que é educação inclusiva. Partindo dessa premissa, se faz extremamente necessário sabermos que tradicionalmente, quando nos referimos a educação inclusiva, significa assegurar o direito básico de todos que é o direito ao ensino, ou seja, garantir que todos alunos, inclusive os que tenham alguma deficiência, sejam integrados da melhor maneira possível nas salas de aula.

Atualmente, a inclusão nas instituições escolares vai muito além disso, significando garantir aos alunos independente de suas condições e origem, classe ou etnia, gênero ou raça, possam ter os mesmos direito e igual acesso à educação. Por isso, ao pensar no papel dos professores em criar um ambiente inclusivo de sala de aula, é importante também ressaltar como a instituição como um todo deve apoiar nesse processo.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Refletir a respeito do papel do professor na educação inclusiva e sua participação na garantia do direito de alunos com deficiência estudarem na rede regular de ensino.

2.2 Objetivos específicos:

- Promover o desenvolvimento integral das crianças com deficiência;
- Garantir o acesso e a participação em atividades pedagógicas e sociais;
- Estimular a autonomia e a construção de vínculos positivos com seus pares na sala de aula, de forma a preparar a criança para a vida em sociedade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Breve conceito de inclusão social

Nos últimos 50 anos, a inclusão social contribuiu para a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços focados no atendimento de pessoas com deficiência (Júnior, 2012), criando novas condições de adaptações aos indivíduos em sistemas sociais comuns, dando-lhes a mesma oportunidade dentro da sociedade que são excluídos. À vista disso, o Brasil obteve um avanço importante no processo de educação inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que em consonância com a Constituição Federal garante a todos os mesmos direitos.

[...] a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas (Pires; Sanches; Torres, 2011, p. 2).

Em consonância com a concepção da LDB, Sasaki (1997, p. 167) aponta o conceito de inclusão social como:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (Sasaki, 1997, p. 167).

Dessa maneira, a partir de 1990, houve as primeiras preocupações entre profissionais, familiares, pesquisadores e governos para que fosse empreendida a inclusão de pessoas com deficiência nas redes de ensino regular. Quando falamos em pessoas com deficiência, sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, o que faz com que os sistemas de ensino e, sobretudo os professores, busquem novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo, deixando de lado as terminologias negativas que rotulavam os alunos com necessidades como “deficientes”, “anormais”, “retardados”, entre outras.

[...] os alunos com deficiência são aqueles alunos que por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização exigem uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (Coll; Palácios; Marchesi, 1995, p. 11).

De acordo com essa definição de deficiência que não desconsidera a pessoa, mas identifica quem precisa e quais recursos são necessários para o processo educacional. Nesse sentido é que se pensa uma “integração” dessas pessoas, definido segundo Fernandes (2006, p. 67) da seguinte maneira:

[...] o termo ‘integração’ é conceituado para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de diferentes espaços na vida social, como a educação, a saúde, o lazer, os esportes (Fernandes, 2011, p. 67).

Nesse ínterim, Mantoan (2003) ressalta a particularidade deste processo de integração ligado à inserção escolar:

[...] o processo de integração ‘refere-se especificamente aos modelos de inserção escolar de alunos com deficiências, que compreendem um *continuum* de possibilidades, desde as classes comuns até locais específicos, como classes e escolas especiais’ (Mantoan, 2003, p. 9).

Portanto, a seguir, trataremos com mais ênfase a questão da inclusão no contexto do ambiente escolar, visto este ser o recorte do trabalho.

3.2 A inclusão no contexto escolar

No contexto escolar essa inclusão não está somente em alunos com deficiência, e sim em um todo, pois a exclusão não acontece somente assim, acontece desde os alunos que não tem sucesso durante sua jornada nos estudos até aqueles com poucos recursos para investir em educação, já que a questão econômica também influencia essa exclusão. Um exemplo seria quando o professor sugere que seu aluno pode ir a um museu, ou a um zoológico, neste caso, alunos com certas condições financeiras terão como ver de perto essas sugestões, mas os alunos que não possuem essas condições? Fazem como?

Segundo Abenhaim, (2005, s.p.): “A educação de cada povo (...) é construída a partir de a possibilidade de cada um participar do processo educativo, favorecendo a socialização do saber, as relações sociais, a incorporação de valores, as decisões sobre a qualidade de vida e a conscientização sobre a preservação da vida no planeta”. Quando acontecem dessa forma, não podemos chamar de inclusão e sim de integração do aluno, pois a inclusão está em como os alunos que estejam misturados de forma homogênea, digamos assim, dentro da sala de aula e dentro do ambiente escolar e isso sem discriminação de cor, raça, gênero, deficiências e situações econômicas. Para Pabis e Martins (2014, p. 10):

[...] numa mesma sala de aula encontramos alunos oriundos dos mais diversos segmentos sociais, com diferentes condições econômicas, descendentes de diferentes etnias, e até aqueles cujas famílias participaram dos movimentos que se desencadearam no Brasil após redemocratização do país. Entre estes movimentos podem-se destacar os dos afrodescendentes, dos homossexuais, gays e lésbicas, a reivindicação de espaços e direitos pelos portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Devido a isso, quando se trata ao certo de inclusão escolar, não é apenas o fato de todos ter como chegar dentro da escola, dentro da sala de aula, Martins (2012, p. 35) relata que:

Não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos. Em outras palavras, deve existir abertura para um trabalho pedagógico efetivo com a diferença presente nos educandos, em geral.

Muitas vezes isso não acontece por acomodações tanto da escola quanto dos professores, pois para incluir os alunos nas escolas temos que pensar nas diversidades deles.

3.3 O papel do professor no processo de inclusão das crianças com deficiência na educação infantil

Conforme Sasaki (2001) explica, a inclusão não se limita à mera inserção dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares. É preciso que haja uma adaptação do currículo, dos materiais e das metodologias de ensino, de forma a atender às especificidades de cada estudante.

A tecnologia também pode ser uma aliada importante na educação inclusiva. Ferramentas digitais e recursos acessíveis podem auxiliar na individualização do ensino e na superação de barreiras. Conforme Oliveira e Sousa (2016), as tecnologias podem potencializar as habilidades dos alunos com deficiência, ampliando suas possibilidades de participação e aprendizagem

Além disso, a colaboração entre os professores é fundamental para garantir o sucesso da inclusão. Ao trabalhar em equipe, os docentes podem compartilhar experiências, trocar ideias e construir projetos pedagógicos mais eficazes. Como afirma Luckesi (2008), a educação é um processo coletivo, que envolve a participação de todos os membros da comunidade escolar.

Atualmente, para construir uma escola que atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, não basta apenas

que tenham professores e demais profissionais que uma escola apresenta. Faz-se necessário que os profissionais e principalmente os professores estejam capacitados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando. Frente a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, artigo 62, situa:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 2006).

Com base na Resolução CNE/CEE nº 02/2001, a educação especial oferta apoios e serviços especializados aos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme aponta Fernandes (2006, p. 30), destacam-se:

- Alunos surdos, que, por suas necessidades diferenciadas, precisam conhecer a língua de sinais e exigem profissionais intérpretes;
- Alunos com deficiência visual, que necessitam de recursos técnicos, tecnológicos e materiais especializados;
- Alunos com deficiência física, que exigem a remoção de barreiras arquitetônicas, além de recursos e materiais adaptados à sua locomoção e comunicação;
- Alunos com deficiência intelectual, que demandam adaptações significativas no currículo escolar, respeitando-se seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- Alunos com condutas típicas de síndromes e quadros neurológicos, psiquiátricos e psicológicos que demandam apoios intensos e contínuos, além de atendimentos terapêuticos complementares à educação;
- Alunos com altas habilidades, que, devido às motivações e aos talentos específicos, requerem enriquecimento, aprofundamento curricular e/ou aceleração de estudos (Fernandes, 2006, p. 30).

Diante de pessoas com deficiência, o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (Gazim *et. al.*, 2005, p. 51). O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem.

Nessa perspectiva, os professores precisam pensar na educação como um todo, conforme destaca Farfus (2008):

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos

inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático (Farfus, 2008, p. 30).

Um dos fatores primordiais para uma proposta inclusiva em sala de aula é que os professores mudem para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças e às inteligências múltiplas. Conforme afirma Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto ‘todos’ os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (Minetto, 2008, p. 101)

Concordando com a citação acima, os profissionais que buscam uma ação educativa devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária. Essa postura precisa estar pautada no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

A atuação pedagógica é um processo de investigação e estudo e de solução de problemas, por isso, muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo do professor a busca por novas estratégias, procurando identificar as possibilidades de cada aluno com o intuito de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites. Diante de tal desafio, o professor deve planejar suas aulas e recorrer a filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre outras alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula.

Muitos professores encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não. Segundo Zimmermann (2008):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (Zimmermann, 2008, p. 1).

A educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois obriga-os a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias

pedagógicas. Seu maior desafio e qualidade é adotar uma postura receptiva diante da singularidade que irá encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno. De acordo com Mittler (2003):

[...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (Mittler, 2003, p. 35).

Bueno (2001) aponta que um ensino de qualidade para crianças com deficiência, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve no mínimo dois tipos de formação profissional docente, sendo elas: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado. Diante de tais obstáculos que os profissionais têm de enfrentar na educação inclusiva, Bueno (2001) ainda argumenta ser necessário promover uma avaliação das reais condições dos sistemas de ensino, a fim de que a inclusão ocorra de forma gradativa, contínua, sistemática e planejada.

Nesse sentido, de acordo com Mantoan (2004, p. 39):

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan, 2004, p. 39).

Por sua vez, para Ferreira e Guimarães (2003):

[...] o processo de inclusão avança ao lançar um olhar para as pessoas com deficiência como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos de ensino e aprendizagem desses alunos (Ferreira; Guimarães, 2003, s.p.).

A inclusão nada mais é que um processo de inovação que exige um esforço de reestruturação e atualização de algumas escolas, fazendo com que essas escolas busquem uma reorganização escolar, ampliando seu projeto político-pedagógico, incorporando novas práticas aos currículos e realizando adaptações físicas necessárias para acolher os alunos. Nesse momento, é importante ressaltar que a princípio básico da educação inclusiva consiste em:

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando

tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 5).

Na educação inclusiva, os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual favorece o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças, pois de acordo com Crochik (2002, p. 295) compartilhar atividades com crianças com deficiência permitiria às demais

[...] auxiliar os que não sabem com o seu saber e aprender pela própria experiência, os seus limites e o dos outros, [experiências que] podem dar algo que a busca da perfeição impede: o entendimento da vida e a possibilidade de vivê-la (Crochick, 2002, p. 295).

Essas reflexões levam o professor a buscar liberdade, igualdade e fraternidade dentro da sala de aula, tendo consciência dos limites de sua atuação e buscando reverter as limitações impostas, além de valorizar a diversidade como um elemento enriquecedor do movimento social e pessoal dentro da sala de aula.

O papel do professor é também o de ampliar os currículos, fazendo com que se flexibilizem diante das diferenças de seus alunos e deixando de lado a visão conservadora em prol da inclusão como inserção social. Assim, o objetivo é ultrapassar as fronteiras e dar apoio na construção do saber, semeando uma escola integrada na inclusão, pois de acordo com Werneck (1997), a inclusão significa “humanizar caminhos”. Diante de tal complexidade no processo de inclusão, faz-se importante a formação dos professores, contribuindo para que haja as mudanças necessárias exigidas pela educação inclusiva.

O trabalho docente com portadores de necessidades educativas especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos, o profissional e o intelectual, e para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de reelaborar conhecimentos. Desta maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como elaboração, a definição, a reinterpretção de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação docente (Pimenta, 2002, p. 131-132).

Além do professor, a família das crianças pode participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem dessas crianças. O tripé escola-família-comunidade é uma questão essencial, pois através dessa participação, os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos. Sozinho não é possível

efetivar uma escola fundamentada numa concepção inclusiva, é preciso de uma integralização de profissionais e setores da sociedade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico utilizado foi um relato sobre o papel do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, juntamente a uma abordagem qualitativa com foco na observação de práticas em sala de aula. A metodologia enfatiza a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e as experiências dos professores, buscando entender como eles constroem e vivenciam a inclusão.

Para a realização do estudo foi utilizado a pesquisa de campo, exploratória em que o pesquisador não dispõe de informações sobre o tema, mas busca conhecer determinado fenômeno.

A pesquisa exploratória tem como objetivo buscar informações sobre determinado assunto com a finalidade de se familiarizar-se ou obter nova percepção do fenômeno investigado. Nesse sentido, a pesquisa exploratória é um caminho a ser percorrido a fim de conhecer a realidade mais de perto, seja através do contato direto ou indireto ou até mesmo por conversas informais.

Neste caso, a CMEI é de grande importância para minha pesquisa, pois a mesma atende crianças com deficiência na faixa etária de 0 a 5 anos e sendo assim favorável para saber como ocorre o processo de inclusão.

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa contribui para a compreensão e interpretação dos fenômenos a qual o pesquisador tem interesse em se aprofundar no estudo ou de conhecer a realidade de determinado tema em questão, visto que essa pesquisa é de suma importância para chegar à conclusão do estudo ao qual está sendo investigado.

O presente estudo tem como objetivo refletir a respeito do papel do professor na educação inclusiva, que é: garantir o direito de alunos com deficiência na rede regular de ensino. A pesquisa foi de campo e exploratória, tendo como coletas de dados: o questionário e a observação.

A pesquisa aconteceu na CMEI localizada na cidade de Itabirito. Os sujeitos da pesquisa foram à professora do maternal, a auxiliar de apoio e a supervisora pedagógica, que estão em contato direto com as crianças com deficiência na educação infantil. Escolhi as mesmas por estarem ativamente ligadas ao processo de desenvolvimento do conhecimento dessas crianças. Nesse sentido, a inclusão está sendo realizada desde logo cedo nessa escola.

Para a coleta de dados, utilizei um questionário aberto com a professora do maternal, a auxiliar de apoio e supervisora pedagógica, a fim de conhecer como ocorre o processo de inclusão das crianças com deficiência e quais são os métodos que a escola utiliza para realizar o atendimento educacional especializado.

O questionário é um dos instrumentos de coleta de dados mais utilizados pelas pesquisas de campo, porquanto é um dos mais estratégicos meios para reunir informações sobre as características de sujeitos, grupos e comunidades. O mesmo pode ser com perguntas abertas e fechadas, sendo breve e clareza nas perguntas. Nesse sentido, o estudo possibilita uma análise qualitativa mais precisa sobre a realidade vivenciada em determinado espaço. Assim, o questionário aplicado foi um questionário aberto, facilitando uma melhor compreensão das respostas indicadas.

5 RESULTADOS

A observação da escola foi feita sem um roteiro específico, baseado em autores como Magalhães, Freire e outros, e com o objetivo de identificar pontos fortes e áreas de melhoria. Este roteiro foi estruturado para verificar as condições dos ambientes da escola. A observação, neste contexto, é uma ferramenta para analisar interações, avaliar a prática e identificar áreas de melhoria.

O início da observação na CMEI, que atende crianças de 0 a 5 anos na Educação Infantil, começou primeiramente com a etapa de ambientação, conheci os ambientes da escola, que tem banheiro para PCD, é adaptada para todos, com ambientes na mesma altura para que eles possam ter autonomia na hora da higienização e refeições. Após, foi a recepção pelos profissionais do CMEI, no primeiro momento houve a apresentação das professoras, depois do ambiente escolar e logo depois direcionada para a sala e aula, na qual foi realizado todo o período de observação e relatos. Logo que cheguei à sala de aula observei haver uma criança cadeirante e uma criança com autismo (com laudo e acompanhamento do CER) e pude ver que o CMEI é inclusivo.

A professora é bem criativa e dinâmica, pois antes de iniciar as aulas ela começa com a música e brincadeiras. As atividades desenvolvidas pela professora com ajuda das auxiliares, sendo uma específica para a aluna cadeirante e o autista interage com os outros normalmente. Em sala de aula, a professora começa com a rotina da rodinha com músicas e depois com o planejamento diário, com atividades de pinturas, escritas, colagem, envolvendo tinta guache, e brinquedos de encaixamento. Essas atividades se dão com ajuda das auxiliares nas atividades de dinâmica e brincadeiras na sala de aula. Elas apresentavam uma facilidade em lidar com as crianças, mesmo com os pequenos desentendimentos entre elas alguns momentos. No momento de contar história, a educadora organizava as crianças em círculo e procurava sentar perto da criança autista para evitar que ela saísse do lugar no momento da socialização. O interessante da metodologia de sua dinâmica é que ela começava sempre com uma música e finalizava também.

A prática docente também é importante para podermos fazer a diferença no campo educacional, em toda aula era cantada a música “O jacaré foi passear lá na lagoa” trabalhando o campo de experiência, corpo gesto e movimento. Quando isso acontecia no pátio do CMEI durante a socialização das crianças com as outras de outra sala, surgiam as brigas e mordidas. Muitas vezes a criança autista era a que mais fazia isso, mas

acontecendo quando a outra criança não interagira com ela. Já a criança cadeirante com a ajuda da auxiliar interagiu com os outros por gestos e sorriso, observando tudo ao seu redor.

O relato foi emitido pelas professoras de forma escrita, com anotações de pontos relevantes. Trata-se de um relato de experiência vivenciado com professores e ambientes na educação infantil, durante o período nos deparamos com a inclusão de alunos com deficiência. Em resumo, Lopes e Macedo (2002) valorizam os relatos como um elemento essencial para a produção e a manifestação da cultura, da identidade e do conhecimento humano. Eles são vistos como um veículo para a criação de sentidos, a construção de significados e a transmissão de experiências, tanto no âmbito individual como coletivo.

Gestores preocupados com a questão e que buscam recursos e pessoal de apoio fazem da inclusão um projeto da escola. Dessa forma, melhoram as condições de trabalho dos professores, que passam a atuar em conjunto com um profissional responsável pelo CER, a contar com diferentes recursos tecnológicos e a ter ciência de que o aluno com deficiência ou autismo não é responsabilidade exclusivamente sua.

Com a parceria da família, as possibilidades de sucesso são ainda maiores. Com base na experiência da professora e auxiliares que atendem alunos de inclusão, elas contribuem para tornar efetiva a participação dele em todas as atividades. Com a parceria, aos poucos, conseguimos que ele se interessasse mais pelos conteúdos e passasse a interagir com os outros. Com as auxiliares, a professora consegue potencializar o trabalho, do planejamento à realização das tarefas em sala, tendo mais tempo para organizar a turma e observar as dificuldades de cada um mais de perto.

Ter o tamanho da turma reduzido e contar com a ajuda de auxiliares é um benefício essencial para que a educação inclusiva funcione de maneira efetiva. Infelizmente, muitas vezes é difícil e demorado obter isso junto às redes. Em casos como esses, que ainda são maioria, a supervisora pedagógica sugere dividir a sala em grupos produtivos, aproveitando a competência de cada um. Ao colocar para trabalhar juntos alunos com saberes diferentes, é possível beneficiar todos.

Para enfrentar momentos que fogem da rotina, o caminho é compreender que as crianças apresentam características específicas e procurar conhecer bem cada uma delas, assim valorizar regras e combinados é um ótimo meio de evitar transtornos.

Existem inúmeros materiais que podem auxiliar o aluno de inclusão, desde um lápis adaptado até um software, a comunicação por imagens é o meio utilizado pelos

professores para trabalhar conteúdos, tudo é tecnologia. O desafio é descobrir o que existe ou pode ser criado para beneficiar cada criança.

Encontros periódicos, nos quais o professor explica em que se baseiam as adaptações nos conteúdos e nos materiais, feitas para atender às necessidades das crianças, são indicados. É importante explicar à família que a adaptação do currículo não é definida pela deficiência, mas pelo repertório e pelos conhecimentos da criança. Essa questão deve ser abordada para não gerar frustração para os pais.

Portanto, o papel do professor no processo de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil é muito desafiador. Há muitas dúvidas iniciais e a única certeza é acreditar na inclusão e que esta deverá acontecer. Durante esse processo de inclusão existem momentos de muita angústia, e atuar nesta área nos leva a mudar todos os paradigmas e os recompor de uma nova forma, pois percebe-se que, às vezes as estratégias que sempre deram resultado, agora não mais servem e temos que imediatamente encontrar uma outra forma para resolver aquele determinado fato. É um trabalho de grande valia para poder entender o processo do aluno em questão. É desafiante, angustiante, porém é uma experiência muito rica!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não se ocupou de realizar comparações entre as metodologias educacionais realizadas pelas professoras e sim de compreender os desafios que as mesmas encontram diante do processo da educação inclusiva, tendo em vista que toda metodologia tende a ser diferente, principalmente quando se trata do atendimento educacional especializado.

Dessa maneira, o atendimento educacional especializado tende a ser oferecido como um espaço que venha dar subsídios a essas crianças, favorecendo um atendimento específico a fim de descobrir as habilidades que cada criança especial possui. Nesse sentido é necessário que tanto a sala regular de ensino, quanto a sala de educação especial, quanto à família estejam inter-relacionado num só propósito de fazer com que a inclusão aconteça, mas não uma inclusão de inserir o aluno na escola, mas uma inclusão que contribua para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, sócio afetivo. Nesse caso é necessária uma boa relação entre alunos, docentes, gestores, família e profissionais de saúde que realizam o atendimento das crianças com deficiência.

Diante deste contexto, a educação inclusiva precisa ser compreendida como uma educação de direito, respeito e acima de tudo uma educação democrática e humana. Quando educamos, temos que educar com amor. Deste modo, o presente tema fez com que, conseqüentemente, a conscientização sobre a importância do saber e da procura por especializações para maior entendimento do assunto, vivenciar a experiências de como é a realidade de uma escola perante os desafios diários e também pela satisfação em ver resultados positivos no fim de cada etapa, vencendo os desafios e procurando sempre avançar com pensamentos positivos perante a inclusão de alunos com deficiência ou não.

Ainda é possível concluir, através desses relatos, uma declaração fortemente vista pelos profissionais, sobre o processo de inclusão que muitas vezes acontece de forma precária. O profissional muitas das vezes realiza esse processo de aprendizagem sem muitos recursos e por isso se recuam quando se fala que irão receber crianças com deficiência em sua sala, ficando com um pé na frente e dez atrás, pois sabem que será bastante desgastante, frustrante e muitas das vezes não valorizado, fazendo com que o professor adoença e queira por necessidade afastar-se da sala de aula, buscando por profissionais de saúde que o façam, tendo como forte agravante políticas públicas do município, onde o profissional mesmo doente tendo que ir muitas das vezes trabalhar doente, podendo tirar apenas um atestado por mês, gerando com isso todo o desgaste

emocional e pro isso muitos tendem a desistir de se formar ou até mesmo sair da sala de aula.

Tem se visto também muitos relatos de pais e profissionais a respeito da inclusão na internet, onde assisti alguns dias depois da realização desse trabalho onde a mãe relatava que o filho autista estudava em uma escola regular e na mesma havia uma sala só para as crianças autistas. Na sala, havia 12 crianças e 6 profissionais, na qual eram realizadas algumas de suas atividades e também as refeições do dia, podendo eles utilizar utensílios e lanches de suas preferências e ainda podiam levar esses de casa e os mais gostam e tinha costume de utilizar em casa e também a recreação dessas crianças era realizada no pátio somente com elas, segundo relatado pela mãe era pra a segurança da criança. Diante disso, permanece a reflexão: será que isso é inclusão de fato?

Que pensemos no papel do professor, com isso ficando muita das vezes sobrecarregado tendo que dar conta de tudo e de todos sem um mínimo de empatia com a sua pessoa e as suas necessidades e vontades, sendo a todo momento cobrado a dar conta de tudo.

REFERÊNCIAS

- ABENHAIM, Evanir. **Psicologia e Direitos Humanos** – Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola. Casa do Psicólogo, 2005.
- BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo: **Memmon**. v. 9, n. 54, 2001, p. 21-7.
- COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos**. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2009.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GAZIM, E. *et. al.* Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.
- JÚNIOR, E. M. **50 anos de Políticas de Educação Especial no Brasil: movimentos, avanços retrocessos**. 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1464/670>>. Acesso em 20 set. 2017.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MAGALHÃES, A.M.; STOER, S.R. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. Porto: Profedições, 2002.
- MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.
- PORTAL MEC. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf.pdf>> Acesso em: 20 set. 2016.